

1. I Painel – Mediação Intercultural e Território

1.1 Mediação Intercultural e Território: estratégias e desafios

Ana Maria Costa e Silva, Universidade do Minho

Ana Piedade, Instituto Politécnico de Beja

Margarida Morgado, Instituto Politécnico de Castelo Branco

María del Carmen Arau Ribeiro, Instituto Politécnico da Guarda

Introdução

No presente texto partilhamos um conjunto de reflexões acerca da mediação intercultural e da sua importante mobilização em territórios multiculturais. Pensar o território, qualquer que seja, implica conhecer e compreender as populações, cultura(s), potencialidades e dinâmicas. Supõe, igualmente, compreender as interações sociais e eventuais situações de tensão ou conflito que aí se manifestem no âmbito das vivências dos seus habitantes migrantes e/ou naturais. Sabendo que todos os territórios são dinâmicos e passíveis de transformação, consideramos fundamental avaliar as mudanças sociais e culturais que neles ocorrem e atender às várias identidades que aí se geram e integram.

As dinâmicas territoriais, embora incontornáveis e desejáveis, visto que um território estagnado tende a perecer, podem potenciar atritos entre os indivíduos que integram uma comunidade ou grupo, tornando-se necessário o recurso à mediação em sentido lato: mediação das diferenças e dos diferendos, numa perspetiva preventiva e de gestão positiva dos conflitos. Algumas das tensões que têm vindo a requerer mediação em termos mundiais, parecem, pelo menos à primeira vista, prender-se com mundividências potencialmente antagónicas, colocando na ordem do dia as diferenças culturais entre povos e países, entre membros de um mesmo povo e entre indivíduos da mesma nacionalidade. Emergem aspetos identitários que levam os investigadores a interrogar-se acerca das identidades compósitas dos indivíduos e dos grupos, acerca de culturas e subculturas mas também, forçosamente, acerca de questões de género, de poder, de religião, económicas, entre outras.

A própria ideia de mediação tem vindo a ser discutida e a dividir-se em mediações mais ou menos especializadas, chamadas a intervir numa ou noutra forma, em função das situações-tipo a mediar. Impõe-se, portanto, repensar a mediação em geral e, no presente caso, a mediação intercultural em particular, refletindo acerca do modo como se implementa nos territórios, sejam estes geográficos, humanos e/ou simbólicos; que desafios se lhe colocam e que estratégias se devem contemplar; como integrá-la em projetos de intervenção-investigação-formação, com quem e para quem.

Sentimos, enquanto grupo que trabalha na academia e intervém no terreno, no(s) território(s), necessidade de investigar acerca do que tem vindo a ser desenvolvido em Portugal, neste âmbito. E porque é nosso propósito contribuir para o entendimento e, tanto quanto possível, para a melhoria dos territórios e coesão social nos quais intervimos, consideramos que é importante projetarmo-nos no futuro e estabelecermos objetivos que nos conduzam a projetos integrados de investigação-ação.

Com estas preocupações em mente, estruturámos este texto em quatro partes.

Na 1ª parte, apresentamos sumariamente uma definição alargada de mediação e a definição de mediação intercultural proposta por Gimenez (1997) que se encontra a jusante da RESMI – Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural.

Na 2ª parte, fazemos uma breve referência a programas e projetos de intervenção no âmbito da diversidade cultural e da mediação e, ainda, à formação de mediadores socioculturais.

Na 3ª parte, referimo-nos aos primeiros passos dados pelo grupo Território dentro da RESMI, estabelecendo o propósito da constituição do grupo e quem o constitui e, por fim, como o grupo se organiza numa comunidade de prática e de aprendizagem.

Na 4ª parte, oferecemos uma descrição sumária dos objetivos de trabalho do grupo Território, as suas estratégias e alguns desafios.

A mediação e a mediação intercultural

Quando falamos de mediação a que é que nos referimos? A mediação é um procedimento que privilegia a cooperação e a participação dos mediados na procura de uma solução para os seus conflitos ou problemas, mutuamente satisfatória e potencialmente duradoura. Ao promover a participação na construção de soluções satisfatórias, promove simultaneamente a aprendizagem da cooperação, a construção dos laços sociais e a coesão social.

É com base nestes pressupostos que sustentam a mediação, enquanto processo e procedimentos assentes em princípios e métodos específicos, que vários autores a reconhecem como ‘uma justiça doce’ (Six, 1990), ‘ateliers silenciosos de democracia’ (Faget, 2010) ou ‘pedagogia do laço social’ (Corbo Zabarel, 2007).

O conflito, o equilíbrio e a mudança constituem polos referenciais importantes nas práticas de mediação (Almeida, 2009). A mediação é um processo que supõe a existência de terceira(s) pessoa(s), orientada por princípios de não intervenção ou de intervenção mínima, que coloca o poder de decisão nos intervenientes no processo, que cria oportunidades comunicacionais entre estes, oportunidades que permitam a emergência de argumentações racionais e a construção de compromissos exequíveis e responsáveis.

A mediação é introduzida nos diversos países e continentes, como um procedimento de gestão positiva e pacífica de conflitos e como um modo de regula-

ção social, com uma dupla função: ‘regular conflitos’ e ‘fazer sociedade’ (Briant & Palau, 1999). Neste sentido, a mediação é uma forma de restituição dos laços sociais através da comunicação, tendo como condição o reconhecimento do outro (Corbo Zabatel, 2007).

Segundo Giménez (1997), a mediação é uma modalidade de intervenção de terceiras partes, em e sobre situações sociais de multiculturalidade significativa, orientada para a consecução do reconhecimento do Outro e da aproximação das partes, a comunicação e a compreensão mútua, a aprendizagem e o desenvolvimento da convivência, a regulação de conflitos e adequação institucional, entre atores sociais ou institucionais etnoculturalmente diferenciados. Diz o autor:

Entendemos la Mediación Intercultural —o mediación social en contextos pluriétnicos o multiculturales— como una modalidad de intervención de terceras partes, en y sobre situaciones sociales de multiculturalidad significativa, orientada hacia la consecución del reconocimiento del Otro y el acercamiento de las partes, la comunicación y comprensión mutua, el aprendizaje y desarrollo de la convivencia, la regulación de conflictos y la adecuación institucional, entre actores sociales o institucionales etnoculturalmente diferenciados. (Giménez, 1997, p. 142)

Centrando-nos especificamente na Mediação Intercultural, a definição de Gimenez é aquela que consideramos mais adequada para falarmos deste enfoque específico e transversal aos diferentes âmbitos da mediação.

Assim, a mediação intercultural é uma modalidade de intervenção de terceiras partes, em e sobre situações sociais de multiculturalidade significativa com particular atenção ao outro, à sua revalorização e reconhecimento nessa diferença. Os princípios e os métodos da mediação têm como objetivos i) a aproximação das partes, ii) a comunicação e a compreensão mútua, iii) a aprendizagem e o desenvolvimento da convivência pacífica. Simultaneamente, assume-se como forma de regulação de conflitos e adequação institucional, entre atores sociais ou institucionais etnoculturalmente diferenciados.

Em síntese, a mediação em geral e também a mediação intercultural contribui para:

1. Promover as relações cooperativas, seja a nível preventivo, seja a nível resolutivo de conflitos já instalados;
2. Facilitar a comunicação e a descoberta participada de soluções;
3. Recriar a instância de diálogo;
4. Reforçar as possibilidades de recuperar e reinstalar recursos relacionados com:
 - i. o aumento da socialização;
 - ii. o desenvolvimento de padrões de colaboração;
 - iii. o reconhecimento do outro;

iv. a responsabilidade individual e social.

A participação das pessoas de forma voluntária é uma condição essencial para o exercício da mediação e para promover o diálogo, a aprendizagem cooperativa e a construção dos laços sociais.

Da diversidade cultural à Mediação Intercultural em Portugal

A expressão das práticas de Mediação Social e Intercultural ao longo dos últimos vinte anos estão associadas a projetos e programas diversos com incidência em contextos de diversidade cultural significativa, concretamente em escolas e comunidades. São programas com financiamentos públicos e privados, alguns deles mantidos, potenciados e alargados em extensão geográfica e número de projetos envolvidos; outros têm vindo a ser implementados mais recentemente, como expressão da necessidade e do interesse pelas práticas de Mediação.

As primeiras iniciativas de mediação para a inclusão social são levadas a cabo por Instituições e Associações privadas e ONG: Pastoral Social dos Ciganos, Associação Cultural Moinho da Juventude, Instituto das Comunidades Educativas. Contudo, quase simultaneamente surgem iniciativas autónomas e de apoio por parte de diversos órgãos e/ou figuras governamentais: Ministros e Ministérios da Educação, da Presidência, da Segurança Social entre outros, dando origem a Programas e Projetos da iniciativa de um ou de vários desses Ministérios: por exemplo, o Programa TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) e o Programa Escolhas que, tendo início na segunda metade da

década de 90 e no início da década de 2000, se têm reeditado e atualizado até agora.

São experiências, projetos e programas que contam com o trabalho em rede, a participação e o patrocínio de diversas estruturas, instituições e organizações: autarquias, escolas, serviços locais da Segurança Social, IPSS, Associações Sociais e Culturais, ONG, CPCJ.

Identificamos em seguida alguns destes programas e projetos e a sua distribuição territorial pelo país. Daremos igualmente, uma perspetiva cronológica destes projetos, começando a nossa abordagem no início da década de noventa do século XX (Silva, 2016).

- 1993-1997 – Projeto de Educação Multicultural – Projeto regional, concentrado em Lisboa e Vale do Tejo. Incidia numa intervenção preventiva nas escolas com heterogeneidade cultural, de modo a potenciar condições para prevenir o insucesso e abandono escolar e a exclusão social.

- 1996-2013 – O Programa TEIP: 1, 2, 3 – Programa nacional da responsabilidade do Ministério da Educação. Tem subjacente uma filosofia de discriminação positiva para as escolas e populações mais carenciadas, dando prioridade à escola básica e à igualdade de oportunidades.

- 2001-2015 – Programa Escolhas (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Gerações) – Programa de âmbito nacional criado pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para as Migrações. Tem como missão promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. Na sua 5ª geração, manteve protocolos com os consórcios de 110 projetos locais de inclusão social

em comunidades vulneráveis, muitos dos quais localizados em territórios onde se concentram descendentes de imigrantes e minorias étnicas. Atualmente está aberto o concurso para a 6ª geração deste Programa.

A partir de 2009 – Projeto de Mediadores Municipais – Projeto de âmbito nacional criado pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI). Tem como objetivos fundamentais melhorar o acesso das comunidades gitanas a serviços e equipamentos locais e promover a comunicação entre a comunidade cigana e a comunidade envolvente com vista à prevenção e gestão de conflitos.

- Também a partir de 2009 – o Projeto de Mediação Intercultural no atendimento em Serviços Públicos é promovido pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) atual Alto Comissariado para as Migrações (ACM), sendo que na última fase do projeto este foi dinamizado pelas Câmaras Municipais em parceria com Associações de Imigrantes, cofinanciado pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT). É um projeto de mediação intercultural de enfoque comunitário, contando com a colaboração dos serviços públicos e privados. Está atualmente a aguardar a abertura de novo concurso para candidaturas com vista à sua expansão a nível nacional.

Formação de Mediadores

Em Portugal, a formação específica de mediadores socioculturais teve início em meados da década de 90, por iniciativa de instituições privadas: da Associação Cultural Moinho da Juventude, do Instituto de Apoio à Criança, do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante e da Pastoral Social dos Ciganos e no âmbito de Programas específicos como o Programa Escolhas, o Programa TEIP (Territórios Educativos e Intervenção Prioritária) e pelas próprias entidades que acolhem os mediadores.

Ao longo da 1ª década do séc. XXI, foram sendo implementadas diferentes formações, na sua maioria dispersas e sem regularidade, por algumas instituições de Ensino Superior Público e Privado, e por outras organizações públicas e privadas, como a Associação Desenvolvimento Integrado de Matosinhos-ADEIMA, o Centro Português para os Refugiados e o Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI).

Relativamente à formação, verifica-se uma diversidade de oferta, assim como a existência de pouca homogeneidade e unidade a nível formativo. Embora se encontrem eixos comuns em áreas temáticas, as modalidades, duração, acreditação e destinatários são muito diversas.

Existe, ao nível da maior parte das formações, um défice de temáticas específicas de mediação e prática, nomeadamente ao nível dos princípios, dos modelos e das técnicas. Em dois estudos realizados já em 2005 e 2010 (Oliveira &

Galego, 2005, e Silva et al., 2010), os mediadores reconhecem a importância da formação realizada para o desempenho das funções, mas referem a necessidade de mais formação especializada e de espaços de reflexão e intercâmbio.

O grupo partilha a proposta de Giménez (1997) no que concerne ao ênfase colocado na formação pretendida para os mediadores. Neste sentido, salienta a importância da competência profissional, posicionamento local e carácter comunitário/territorial dos mediadores a formar, em detrimento da sua pertença cultural. Deste modo, privilegia-se claramente, o capital simbólico local, construindo uma identidade compósita e partilhada, em termos locais, entre as partes a mediar e mediador(as). Daqui resulta a necessidade de repensar e trabalhar de forma sistemática e contínua as competências interculturais dos/das mediadores(as) apelando para o trabalho em equipa.

A RESMI surge, em grande medida, do encontro da motivação e dos interesses do ACM (Alto Comissariado para as Migrações) e das IES (Instituições de Ensino Superior) com as necessidades de formação, investigação e acompanhamento de projetos de intervenção no terreno, tendo assim não apenas responsabilidades em responder a estas necessidades, mas também enormes desafios neste âmbito. É por esta razão que a RESMI surge presentemente com quatro grupos de trabalho: educação, saúde, território e monitorização de projetos de mediação nas comunidades. Os grupos trabalham em rede, numa perspetiva convergente e sinérgica.

A RESMI não é apenas uma iniciativa em rede do ACM com IES, nem uma rede do ensino superior para o ensino superior, mas uma mobilização do ensino superior e do ACM que se liga a iniciativas e organizações de base territorial local, regional, nacional e internacional.

Esta mobilização traduz-se, na prática, em parcerias com comunidades locais e com os seus projetos de interculturalidade, bem como no desenvolvimento de investigação e formação que os possa apoiar e sustentar. Assim, o grupo Território da RESMI tem os seguintes objetivos de investigação e de intervenção:

- Concetualizar a noção de território;
- Identificar políticas locais de interculturalidade;
- Identificar contextos e dinâmicas de interculturalidade (grupos de (i)migrantes, interlocutores, entidades...);
- Identificar necessidades de mediação intercultural;
- Organizar seminários de capacitação no âmbito da Mediação Intercultural;
- Organizar ações de formação no âmbito da Mediação Intercultural, dirigidas a docentes de diferentes níveis de ensino;
- Produzir materiais de divulgação que facilitem e promovam a interculturalidade ao nível de grupos, comunidades e territórios;
- Identificar e divulgar boas práticas no que concerne à interculturalidade e/ou mediação intercultural, implementadas nos diferentes territórios de influência do grupo;
- Organizar uma comunidade de prática e aprendizagem.

Motivações e interesses da comunidade de prática e de aprendizagem

O Grupo de Trabalho sobre o Território (GT Território) tem uma representação nacional, com IES do norte, centro e sul do país.

No seu seio, e de um ponto de vista metodológico, o grupo território visa constituir-se como uma comunidade de prática e de aprendizagem espalhada pelo território nacional. As comunidades de prática são espaços de partilha de conhecimentos e de aprendizagens, com espaço para a definição de interesses e de objetivos pessoais e académicos. São, neste caso, espaços de partilha entre a comunidade académica e as comunidades locais; espaços com capacidade para contribuírem com o seu saber, a sua investigação e a sua experiência, para objetivos comuns a todos, objetivos comuns a alguns grupos, e objetivos individuais. As comunidades de aprendizagem são em geral espaços abertos de questionamento e reflexão sobre temáticas específicas, que albergam e celebram a diversidade de perspetivas disciplinares e o cruzamento de saberes práticos e académicos. Imaginam-se como espaços de co-aprendizagem a partir de uma identificação inicial das experiências e dos saberes dos que as integram e de busca ativa de respostas para as perguntas que qualquer um possa formular no seu seio.

Enquanto comunidade de aprendizagem começamos por cada um dos seus elementos identificar as suas motivações e interesses de pertença a este grupo tendo sido todas elas sistematizadas em seis aspetos principais. São eles:

1. Perspetivar o território enquanto espaço privilegiado para a mediação intercultural.
2. Potenciar as redes locais de interação das Instituições de Ensino Superior com a Comunidade Local (território) através de um conhecimento e reconhecimento das dinâmicas e experiências locais no âmbito da diversidade cultural.
3. Potenciar os saberes e experiências dos elementos do GT e o seu intercâmbio no âmbito da reflexão e formação em Mediação Intercultural.
4. Partilhar com a comunidade local saberes e práticas de mediação intercultural.
5. Desenvolver metodologias participativas de pesquisa e trabalho com as comunidades/grupos de migrantes.
6. Apoiar os Mediadores nos serviços públicos e associações privadas e não-governamentais.

A RESMI em ação nos territórios

Para além de constituir comunidade de prática, o GT Território já começou a desenvolver uma ação concreta em territórios específicos (geográficos) de um levantamento das redes locais de interação das Instituições de Ensino Superior com a Comunidade Local (território) através de um conhecimento e reconhecimento das dinâmicas e experiências locais no âmbito da diversidade cultural e uma identificação de políticas locais de interculturalidade. Simultaneamente,

consideramos importante concetualizar a noção de território numa perspetiva ampla e própria desta relação com a mediação intercultural.

O que esperamos conseguir com a recolha de informação, através de questionários, entrevistas e análise documental é um conhecimento local mais detalhado, articulado ao nível nacional, que caracterize as políticas e as práticas de interculturalidade e de mediação entre instituições e associações locais e a população migrante e minorias.

Não só se procuram identificar as entidades que, no(s) terreno(s), trabalham com grupos imigrantes e minorias étnicas e aquelas que vão participar nas atividades, como se pretende ainda:

- i. Iniciar um trabalho com as entidades para identificar os grupos imigrantes e minorias étnicas presentes no território, seus interesses e necessidades no âmbito da mediação intercultural;
- ii. Desenvolver metodologias participativas de pesquisa e trabalho com as comunidades/grupos de migrantes;
- iii. Identificar e caracterizar casos significativos de multi-interculturalidade.

A análise das informações e dados recolhidos permitirá ao grupo construir sinergias de trabalho nos territórios com os indivíduos, grupos e comunidades locais, nomeadamente na capacitação de mediadores comunitários interculturais e definição de outras atividades no âmbito da Mediação Intercultural.

Considerações finais

O território é um conceito sensível da mediação intercultural não apenas enquanto espaço geográfico, mas igualmente enquanto comunidade imaginada. Pede-se à mediação, em geral, e à mediação intercultural, em particular, que contribua para a promoção dos laços e da coesão social, para a melhoria da qualidade de vida e para a convivência cidadã que promova uma gestão positiva e preventiva da diversidade. Mas nem sempre é fácil convocar o outro, os outros, iguais e diferentes, com experiências, representações e histórias singulares, muitas vezes de privação, de discriminação, de marginalização. O seu modo de comunicar valores, representações, sentidos e prioridades podem não ser colaborativos ou dialógicos. Às vezes são antagónicos, conflituosos e incomensuráveis. Contribuir para a comunicação e a compreensão mútua, o reconhecimento do Outro e a aproximação das partes, a aprendizagem e o desenvolvimento da convivência é um grande desafio que se nos coloca.

Um outro desafio tem obviamente a ver com o que sabemos sobre a representação da diferença, que não pode ser conseguida exclusivamente a partir de traços culturais e étnicos pré-definidos. Trata-se de uma articulação social, complexa, e que resulta de afiliações específicas em momentos específicos. Por isso se diz contingente, em função dos modos como os discursos de representação da vida em periferias se reinscrevem por contradição aos centros de poder, de autoridade e de representação. Trata-se de negociações dinâmicas em função do espaço/tempo que podem sobrepor-se e desalojar domínios essencialistas da diferença (em termos étnicos, de classe social, de género).

Para concluirmos, antecipamos algumas das estratégias que assumimos para os desafios que se nos colocam. São elas: i) definir conceitos e referenciais; ii) conhecer os territórios, a população migrante e minorias, instituições, dinâmicas e projetos locais no âmbito da interculturalidade e mediação; iii) identificar interesses e necessidades de mediação intercultural e de formação; iv) organizar seminários de capacitação no âmbito da Mediação Intercultural; e v) construir um projeto conjunto de investigação-ação-formação colaborativa. Já começamos a responder a esses desafios.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, H. N. (2009). Um panorama das mediações nas sociedades. Na senda da construção de sentido da mediação em contexto educativo. In A. M. SIMÃO, A. P. CAETANO & I. FREIRE (orgs.). *Tutoria e Mediação em Educação* (pp.115-128). Lisboa: Educa.
- BONAFÉ-SCHMITT, J.-P. (1992). *La Médiation: une justice douce*. Paris: Syros.
- CORBO ZABATEL, E. (2007). Breve ensayo sobre lo posible. In R. B. FRIGERIO & G. DIKER (eds). *Las formas de lo escolar*. Buenos Aires: Del Estante Editorial.
- BRIANT, V. & PALAU, Y. (1999). *La médiation: définition, pratiques et perspectives*. Paris: Nathan Université.
- FAGET, J. (2010). *Médiations, les ateliers silencieux de la démocratie*. Paris: Eres.

FRITZ, J.-M. (2004). Derrière la magie: Modèles, approches et théories de médiation. *Esprit Critique*, 6 (3). Disponível em <http://www.espritcritique.fr/0603/esp0603article01.pdf>, consultado em 12 de maio de 2015.

GIMÉNEZ ROMERO, C. (1997). La naturaleza de la mediación intercultural. In *Revista de Migraciones* 2, 125-159.

OLIVEIRA, A. & GALEGO, C. (2005). *A Mediação Sócio-Cultural: um puzzle em construção*. Lisboa: ACIDI.

SILVA, A. M., CAETANO, A. P., FREIRE, I., MOREIRA, M. A., FREIRE, T & FERREIRA, A. S. (2010). Novos actores no trabalho em educação: os mediadores socioeducativos. *Revista Portuguesa de Educação*, 23 (2), 119-151. Braga: Universidade do Minho.

SILVA, A. M. C. (2016). Formação, investigação e práticas de Mediação para a Inclusão Social (MIS) em Portugal. In A. M. C. SILVA; M. L. CARVALHO & L. R. OLIVEIRA (Eds.), *Sustentabilidade da Mediação Social: processos e práticas*. (pp. 35-51). Braga: CECS.

SIX, J.-F. (1990). *Le Temps des Médiateurs*. Paris: Éditions du Seuil.

Biografia

Ana Maria Costa e Silva – Doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Minho e em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Tem Pós-Doutoramento em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professora no Instituto de Educação da Universidade do Minho e investigadora do Centro de Estudos em Comunica-

ção e Sociedade (CECS). Membro de projetos de investigação e coordenadora de projetos nacionais e internacionais. Desenvolve atualmente um projeto financiado pela EU que visa a formação em Mediação para a Inclusão Social através da mobilidade europeia. É coordenadora do Mestrado em Mediação Educacional e Supervisão na Formação da Universidade do Minho. Autora do livro *Assistentes Sociais e Mediadores: construindo identidades profissionais* (2015). Membro do Conselho Científico de várias revistas internacionais e revisora científica de artigos e livros internacionais. Membro de redes nacionais e internacionais de formação e investigação.

Ana Felisbela de Albuquerque Piedade – Doutora em Antropologia Social e Cultural pela Universidade Nova de Lisboa. Professora Adjunta na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja (IPBeja), e investigadora integrada do CRIA (*Centros em Rede de Investigação em Antropologia*). Responsável por várias disciplinas em licenciaturas e mestrados nas áreas da educação e da intervenção comunitária. Coordenou o curso de Animação Sociocultural e a pós-graduação em Gestão Cultural e coordena o Lab-At (*Laboratório de Animação Territorial*) do IPBeja. Membro do conselho científico e redatorial de revistas internacionais e revisora científica de artigos nacionais e internacionais. Membro de redes e projetos internacionais de formação e investigação, entre elas a Rede de Universidades Leitoras (RIUL), a Rede Ibero-Americana de Animação (RIA) e a Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural (RESMI) em representação do IPBeja.

Margarida Morgado – Doutora em Estudos Culturais Ingleses pela Universidade de Lisboa, é Professora Coordenadora do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB). É autora de *Educação Intercultural e Literatura Infantil. Vivemos num Mundo sem Esconderijos* (2010), uma publicação sobre mediação intercultural via textos de literatura infantil. Participou no projeto europeu *School Safety Net*, <http://schoolsafetynet.pixel-online.org/>, que reúne diversas sugestões para mediação intercultural em escolas junto de crianças e professores confrontados com problemas de desinteresse, abandono escolar, dificuldades de aprendizagem e dificuldades de integração. Desenvolve atualmente um outro projeto financiado pela UE, que visa apoiar a integração de crianças, dos 4 aos 12 anos, imigrantes, refugiadas, em mobilidade voluntária e forçada, bem como provenientes de ambientes socialmente desfavorecidos, intitulado *Identity and Diversity in Picture Book Collections* (IDPBC).

María del Carmen Arau Ribeiro – Doutora em Letras pela Universidade da Beira Interior, M.A. e B.A. das University of California, Davis e Berkeley, é professora do Instituto Politécnico da Guarda (IPG), onde leciona Inglês. Além de presidir AproLíngu@s (Associação Portuguesa de Professores de Línguas no Ensino Superior) durante dez anos, é atualmente presidente da ReCLES.pt (Associação de Centros de Línguas do Ensino Superior em Portugal), que promove o projeto nacional CLIL-ReCLES.pt, reunindo administração e professores na promoção de qualidade do ensino/aprendizagem em áreas não-línguas através da língua inglesa para melhorar ainda a internacionalização e mobilidade. Foi selecionada pela DAAD (Deutscher Akademischer Austauschdienst)

como especialista no ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras no Ensino Superior para formar parte de um painel de 20 *experts* da academia europeia. Investigação nas áreas de criatividade e interculturalidade bem como no ensino/aprendizagem de língua estrangeira.